

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


PORTO SEGURO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A., com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

NOSSO DESEMPENHO

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou em 2021 R\$ 30,6 milhões, aumento de R\$ 3,4 milhões, ou 12,4% em relação ao ano anterior. Esse resultado é reflexo, principalmente, dos retornos positivos das alocações em juros indexados à inflação, que foram parcialmente impactados pelo desempenho desfavorável das alocações em renda variável.

• Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2021 R\$ 26,4 milhões, com aumento de 24,8% em relação a 2020. O lucro por ação foi de R\$ 0,58 em 2021 e R\$ 0,75 em 2020.

DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

De acordo com o estatuto são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo

modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>) e na edição de 28 de fevereiro de 2022 do jornal O Estado de São Paulo.

AMBIENTE ECONÔMICO

Na esteira dos imensos estímulos fiscais e monetários lançados ainda em 2020 em todo o planeta e do processo de vacinação em larga escala nas principais economias do planeta desde o início deste ano, 2021 termina exibindo uma das maiores taxas de expansão do PIB global das últimas décadas.

Uma consequência dessa rápida retomada da atividade, porém, foi a aceleração bastante forte da inflação. Seja em países desenvolvidos, seja em países emergentes, a alta dos preços de diversos bens e mesmo de serviços tem alcançado níveis pouco comuns ao longo dos últimos anos. Diante desse quadro, diversos bancos centrais ao redor do mundo já iniciaram um processo de aperto das condições monetárias, enquanto que outros já sinalizaram que devem fazê-lo em breve.

O final deste ano tem sido marcado pela incerteza trazida pela variante ômicron, que pode gerar algum retrocesso ou atraso nesse processo de normalização da atividade global, até que novas vacinas sejam disponibilizadas.

Domesticamente, além desses fatores já mencionados que atingem a praticamente todos os países, tivemos alguns outros iminentemente locais que acentuaram o

movimento de aceleração da inflação e exigiram uma resposta mais rápida e mais forte do Copom em termos de elevação da taxa básica de juros.

A necessidade de conter a deterioração do quadro inflacionário tem levado o Copom a aumentar substancialmente a taxa SELIC, o que deve se traduzir numa importante desaceleração do crescimento econômico ao longo de 2022. Outro fator que deve limitar o vigor da atividade econômica no próximo ano é o elevado grau de incerteza gerado pelas eleições presidenciais, levando os agentes econômicos a posturas mais cautelosas quanto às suas decisões de consumo e investimento em capital fixo.

A Companhia segue confiante na robustez de suas operações e bem posicionada para continuar sólida em sua trajetória de crescimento dos negócios e de entrega de resultados consistentes, através de iniciativas que permitirão dar continuidade ao aumento dos ganhos de eficiência operacional, avançar no processo de transformação digital e continuar aperfeiçoando os modelos de negócio para aproveitar as diversas oportunidades que o mercado oferece.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2022

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020		Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante		413.936	493.049	Circulante		914.674	685.850
Disponível		560	1.664	Contas a pagar		9.513	7.664
Caixa e bancos		560	1.664	Obrigações a pagar		7.808	7.284
Equivalentes de caixa	6	249.117	95.219	Impostos e encargos sociais a recolher		148	124
Aplicações financeiras	7	144.520	381.283	Encargos trabalhistas		16	14
Outros créditos operacionais		394	—	Impostos e contribuições		1.521	226
Títulos e créditos a receber		1.815	2.743	Outras contas a pagar		20	16
Créditos tributários e previdenciários		1.815	2.743	Débitos de operações com capitalização		6.710	4.370
Custo de aquisição diferidos	8	17.355	12.140	Débitos operacionais		505	309
Capitalização		17.355	12.140	Outros débitos operacionais		6.205	4.061
Despesas antecipadas		175	—	Depósitos de terceiros	10	2.377	51
Não circulante		836.276	550.137	Provisões técnicas - capitalização	9.1	896.074	673.765
Realizável a longo prazo		836.276	550.137	Provisão para resgates		858.307	642.214
Aplicações financeiras	7	810.075	546.741	Provisão para sorteio		2.596	1.539
Títulos e créditos a receber		20.684	126	Provisão administrativa		35.171	30.012
Créditos tributários e previdenciários		20.662	120	Não circulante		195.992	249.721
Depósitos judiciais e fiscais	8	22	6	Contas a pagar		10	5.684
Custo de aquisição diferidos		5.517	3.270	Tributos diferidos		10	5.684
Capitalização		5.517	3.270	Provisões técnicas - capitalização	9.1	195.506	243.721
				Provisão para resgates		186.609	237.476
				Provisão para sorteio		396	506
				Provisão administrativa		8.501	5.739
				Outros débitos		476	316
				Provisões judiciais		476	316
				Patrimônio líquido	11	139.546	107.615
				Capital social		81.000	18.900
				Aumento de capital (em aprovação)		34.000	45.100
				Reservas de lucros		55.240	35.089
				Ajustes de avaliação patrimonial		(30.694)	8.526
				Total do passivo e patrimônio líquido		1.250.212	1.043.186
Total do ativo		1.250.212	1.043.186				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2019		13.900	5.000	18.943	1	—	37.844
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 221		5.000	(5.000)	—	—	—	—
AGE de 30 de dezembro de 2020		—	45.100	—	—	—	45.100
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	8.525	—	8.525
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	21.175	21.175
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal		—	—	1.059	—	(1.059)	—
Reservas estatutárias		—	—	15.087	—	(15.087)	—
Dividendos mínimos		—	—	—	—	(5.029)	(5.029)
Saldo final em 31 de dezembro de 2020		18.900	45.100	35.089	8.526	—	107.615
Aumento de Capital:							
Portaria SUSEP/CGRAT nº 138	11 a	45.100	(45.100)	—	—	—	—
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 529		6.000	—	—	—	6.000	6.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 560		7.000	—	—	—	7.000	7.000
Portaria SUSEP/CGRAJ nº 572		4.000	—	—	—	4.000	4.000
AGE de 29 de outubro de 2021		—	12.000	—	—	—	12.000
AGE de 30 de novembro de 2021		—	10.000	—	—	—	10.000
AGE de 28 de dezembro de 2021		—	12.000	—	—	—	12.000
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	(39.220)	—	(39.220)
Lucro líquido do exercício		—	—	—	—	26.428	26.428
Proposta para distribuição do resultado:							
Reserva legal	11 b (i)	—	—	1.321	—	(1.321)	—
Reservas estatutárias	11 b (ii)	—	—	18.830	—	(18.830)	—
Dividendos mínimos	11 d	—	—	—	—	(6.277)	(6.277)
Saldo final em 31 de dezembro de 2021		81.000	34.000	55.240	(30.694)	—	139.546

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 7 de maio de 2012, autorizada a operar pela Portaria nº 4.695, de 03 de julho de 2012, localizada na Alameda Barão de Piracicaba, 618/634 - Torre B - 2º andar, em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a administração e a comercialização de títulos de capitalização em qualquer das suas modalidades ou formas e a prática de outras operações permitidas às sociedades de capitalização, em todo o território nacional, conforme definido na legislação vigente. A Companhia é uma controlada direta da empresa Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e indireta da Porto Seguro S.A., a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3.

1.1 OUTRAS INFORMAÇÕES - COVID-19

Apesar do momento desafiador, a Companhia segue otimista na condução de suas operações e confiantes na robustez e resiliência do seu modelo de negócios para ultrapassar a crise da pandemia da COVID-19. Continuamos monitorando os reflexos da pandemia e dentro das suas operações, até o fechamento do período, não foram identificados impactos significativos.

Ações institucionais relacionadas à pandemia:

O grupo Porto Seguro continua com um Grupo de Trabalho para coordenar as ações a serem tomadas para enfrentar a pandemia, objetivando minimizar quaisquer impactos na qualidade do atendimento a seus clientes e beneficiários, minimizar o risco para os seus colaboradores e familiares e garantir a manutenção da continuidade dos negócios da Companhia.

Dentro das principais ações internas, destacamos a adoção ao regime "home office" para parte substancial dos colaboradores, a priorização de reuniões por videoconferência e a circulação de comunicação corporativa para informar e conscientizar os colaboradores dos riscos relacionados à disseminação do vírus e direcionar a busca por informações.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no exercício de 2021 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da realização dos impostos diferidos, e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.1.1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações (revogada pela Circular SUSEP nº 648/2021 a partir de 3 de Janeiro de 2022).

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 7 de fevereiro de 2022 e estão disponíveis no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

2.2 MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que cada empresa da Porto Seguro opera.

2.3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Receita líquida com títulos de capitalização		67.279	60.012
Arrecadação com títulos de capitalização	12	873.325	870.472
Varição da provisão para resgate		(806.046)	(810.460)
Varição das provisões técnicas		(7.922)	(10.154)
Resultado com sorteio		(3.270)	(2.656)
Custos de aquisição	13	(22.871)	(23.918)
Outras receitas e despesas operacionais		(89)	(1.223)
Despesas administrativas	14	(13.641)	(11.492)
Despesas com tributos		(3.461)	(3.005)
Resultado financeiro	15	30.625	27.257
Resultado operacional		46.650	34.821
Resultado antes dos impostos e participações		46.650	34.821
Imposto de renda	16	(11.661)	(8.370)
Contribuição social	16	(8.546)	(5.274)
Participações sobre o lucro		(15)	(2)
Lucro líquido do exercício		26.428	21.175
Quantidade de ações		45.229	28.360
Lucro líquido por ação - R\$		0,58	0,75

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício	26.428	21.175
Outros resultados abrangentes	(39.220)	8.525
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	(65.367)	14.187
Efeitos tributários	26.147	(5.674)
Outros ajustes de avaliação patrimonial	—	20
Efeitos tributários	—	(8)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários	(12.792)	29.700

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO 2021

(Em milhares de reais)

	Notas explicativas	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		26.428	21.175
Varição nas contas patrimoniais:			
Aplicações financeiras		(26.571)	(212.785)
Créditos tributários e previdenciários		929	(2.733)
Ativo fiscal diferido		(20.543)	23
Despesas antecipadas		(175)	—
Custo de aquisição diferidos		(7.462)	(2.651)
Impostos e contribuições		21.426	15.586
Outros ativos		(410)	33
Outras contas a pagar		2.894	7.145
Depósitos de terceiros		2.326	(3.004)
Provisões técnicas - capitalização		174.094	133.990
Provisões judiciais		160	87
Outros passivos		(46.142)	11.302
Caixa consumido pelas operações:			
Impostos sobre o lucro pagos		(20.131)	(16.404)
Caixa líquido gerado/(consumido) nas atividades operacionais		106.8	

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


PORTO SEGURO
★ continuação NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

* Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

2.5 CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

As comissões sobre os títulos de capitalização emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência dos títulos de capitalização, conforme demonstrado na nota explicativa nº 8. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

2.6 PROVISÕES TÉCNICAS

Os passivos de capitalização são calculados no momento da emissão dos títulos, emitidos na forma de pagamento único. O valor do depósito destinado aos resgates dos títulos é atualizado monetariamente de acordo com os indexadores e critérios estabelecidos nas suas respectivas condições gerais. Os beneficiários dos títulos podem receber um prêmio através de sorteio, ou resgatar o valor correspondente à parcela dos depósitos pagos destinada para resgates, atualizada monetariamente conforme definido nas condições gerais do contrato.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão Matemática para Resgates (PMR) é calculada para cada título, durante o prazo previsto nas condições gerais do título. Também é calculada para os títulos vencidos e pelos valores dos títulos ainda não vencidos, mas que tiveram solicitação de resgate antecipado pelos clientes.

(b) As Provisões para Sorteios a Realizar e a Pagar são calculadas para fazer face aos prêmios provenientes dos sorteios futuros (a realizar) e também aos prêmios provenientes dos sorteios em que os clientes já foram contemplados (a pagar).

(c) A Provisão para Despesas Administrativas (PDA) inclui o diferimento das receitas dos títulos de pagamento único, efetuado "pró rata" entre a data da sua emissão e a de término de vigência do título.

As provisões para resgate são atualizadas monetariamente pela Taxa de Remuneração (TR), acrescida de taxa prefixada 0,35% a 0,55% ao ano para a modalidade instrumentos de garantia. Adicionalmente, as taxas de carregamento dos principais produtos são de 5,92%, 6,25%, 7,75%, 8,78% e 9,67%, dependendo do plano contratado.

2.7 RECONHECIMENTO DE RECEITA COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

A receita com títulos de capitalização compreende a taxa administrativa cobrada na emissão dos títulos e a taxa sobre resgates antecipados. É reconhecida no resultado "pró rata temporis" de acordo com a vigência dos títulos, por meio da constituição/reversão da PDA (vide nota explicativa nº 2.6 (c)).

O fato gerador para a contabilização das receitas referentes aos títulos de capitalização contratados por meio de pagamentos mensais ou periódicos será emissão do título, para a primeira parcela e a informação quanto ao pagamento por parte do subscritor, para as demais parcelas.

2.8 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. No encerramento do exercício, qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

2.9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras foi constituída à alíquota de 20% a partir de julho de 2021, tendo em vista a majoração da CSLL pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) de 15% para 20% sobre o lucro das empresas de seguros.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.1 CÁLCULO DO VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O valor total de caixa, equivalentes de caixa e aplicações, em 31 de dezembro de 2021, era de R\$ 1.204.272.

4. GESTÃO DE RISCOS

A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos.

A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas.

Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promoção do acultamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos.

Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente.

Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos.

Vale destacar que decorrente da pandemia da COVID-19, uma série de ações e iniciativas foram estabelecidas pela Alta Administração da Companhia, com o objetivo de confrontar as incertezas e desafios inerentes ao cenário atual, incluindo entre outras, o estabelecimento do Comitê de Crise, acompanhamento diário dos principais indicadores de negócio e operacional, assim como elaboração de cenários de impacto em resultado, liquidez e solvência.

A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias:

4.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por:

Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são

avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações.

Em 31 de dezembro de 2021, 100,0% (82,2% em 31 de dezembro de 2020) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA".

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impaired").

4.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa.

Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento.

A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez a que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2021		Dezembro de 2020	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	249.677	-	117.691	-
Fluxo de 0 a 30 dias.....	288.105	60.535	117.383	78.985
Fluxo de 31 a 180 dias.....	-	299.356	2.664	333.320
Fluxo de 181 a 360 dias.....	35.316	346.011	24.496	382.721
Fluxo acima de 360 dias.....	984.770	433.311	873.660	132.207
	1.557.868	1.139.213	1.135.894	927.233

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração e estudos de permanência de clientes para os títulos de capitalização. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos e passivos financeiros pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa e aplicações.

(iii) O fluxo de passivos considera as provisões técnicas - capitalização.

4.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Prefixados.....	88,4%	56,6%
Pós-fixados (SELIC/CDI).....	11,5%	30,6%
Inflação (IPCA/IGPM).....	-	10,4%
Outros.....	0,1%	2,4%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021, nos termos da Instrução CVM nº 02/2020 e posteriores:

	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(146.573)
	+ 25 b.p.	(78.835)
Juros pré-fixados.....	+ 10 b.p.	(34.165)
	- 10 b.p.	34.165
	- 25 b.p.	78.835
	- 50 b.p.	146.573
	+ 50 b.p.	(1.471)
	+ 25 b.p.	(1.226)
Juros pós-fixados.....	+ 10 b.p.	(980)
	- 10 b.p.	980
	- 25 b.p.	1.226
	- 50 b.p.	1.471

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário provável de "stress" para cada fator de risco, disponibilizados pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados.

4.4 RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal.

A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável.

Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio.

A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 11 (C).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*).....	249.117	95.219
	249.117	95.219

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

7. APLICAÇÕES
7.1 ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO - TÍTULOS PARA NEGOCIAÇÃO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
	Nível 1	Nível 1
Fundos exclusivos		
LFTs.....	144.520	191.603
NTNs - B.....	-	103.224
Títulos privados.....	-	63.984
Cotas de fundos.....	-	22.472
	144.520	381.283
Percentual de aplicações classificados nesta categoria	15%	41%

(*) Os títulos para negociação são compostos, substancialmente, por cotas de fundos de investimentos abertos ou exclusivos e letras financeiras de instituições privadas, cujo valor de custo atualizado desses títulos razoavelmente se aproxima de seu valor justo.

7.2 ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	358.324	430.647
	358.324	430.647
Percentual de aplicações classificados nesta categoria..	38%	46%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2021 era de R\$ 409.504 (R\$ 416.460 em dezembro de 2020).

7.3 ATIVOS FINANCEIROS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Fundos exclusivos		
NTNs - F.....	451.751	116.094
	451.751	116.094
Percentual das aplicações classificados nesta categoria:	47%	13%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 409.642 (R\$ 123.042 em 31 de dezembro de 2020).

7.4 MOVIMENTAÇÃO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial.....	1.023.243	817.246
Aplicações.....	823.186	832.032
Resgates.....	(655.350)	(713.515)
Rendimentos.....	78.000	73.293
Ajuste a valor de mercado.....	(65.367)	14.187
Saldo final.....	1.203.712	1.023.243

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.4.1 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Equivalentes de caixa (*).....		9,10	1,86
Fundos exclusivos			
NTNs - F.....		7,96	7,57
LFTs (SELIC + Ágio/ Deságio).....		0,16	0,09
NTNs - B.....		-	1,33

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 13 meses.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial.....	15.410	12.758
Constituição.....	30.317	26.570
Apropriação para despesa.....	(22.855)	(23.918)
Saldo final.....	22.872	15.410
Circulante.....	17.355	12.140
Não circulante.....	5.517	3.270

9. PROVISÕES TÉCNICAS E GARANTIAS - CAPITALIZAÇÃO
9.1 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Saldo inicial	917.486	783.496
Constituições.....	898.977	899.399
Atualizações.....	46.140	45.027
Receita diferida.....	(56.844)	(49.922)
Cancelamentos.....	(25.652)	(28.927)
Pagamentos/resgates.....	(688.527)	(731.587)
Saldo final.....	1.091.580	917.486
Circulante.....	896.074	673.765
Não circulante.....	195.506	243.721

9.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (A)	1.091.580	917.486
Necessidade de ativos líquidos (*) (B).....	-	11.700
Cotas de fundos de investimento.....	813.461	526.642
Títulos de renda fixa - públicos.....	358.324	430.647
Total de ativos oferecidos em garantia (C).....	1.171.785	957.289
Excedente (C - A - B).....	80.205	28.103

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021 revogou a necessidade das supervisórias da SUSEP de apresentarem ativos líquidos superiores a 20% do Capital de Risco.

10. DEPÓSITO DE TERCEIROS

Referem-se, principalmente, a valores recebidos referente aos títulos de capitalizações que estão em processo de quitação. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o prazo médio de permanência dos saldos nesta conta era de até 30 dias.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2021 o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 115.000, dividido em 45.228.724 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal.

As Portarias SUSEP/CGRAT nºs 138, 529, 560 e 572 aprovaram aumento de capital no montante total de R\$ 62.100.

As AGEs realizadas em 29 de outubro, 30 de novembro e 28 de dezembro de 2021, deliberaram aumento de capital nos montantes de R\$ 12.000, R\$ 10.000 e R\$ 12.000, respectivamente. Todas estão em fase de aprovação pela SUSEP.

(b) Reservas de lucros
(i) Reserva legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação **NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(c) Demonstração do patrimônio líquido ajustado (PLA) e capital mínimo requerido (CMR) (*)

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Patrimônio líquido	139.546	139.546
(+/-) Ajustes contábeis	(35.241)	(35.241)
Despesas antecipadas.....	(175)	(175)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR.....	(12.194)	(12.194)
DAC não diretamente relacionados à PPNG.....	(22.872)	(22.872)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(21.416)	(21.416)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento.....	(23.160)	(23.160)
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas.....	1.744	1.744
PLA de nível 1	72.679	72.679
PLA de nível 2	1.744	1.744
PLA de nível 3	8.467	8.467
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	82.890	82.890
Capital base (I)	10.800	10.800
Capital de risco (II)	56.450	56.450
Capital de risco de mercado.....	49.192	49.192
Capital de risco de subscrição.....	5.587	5.587
Capital de risco operacional.....	5.177	5.177
Capital de risco de crédito.....	1.283	1.283
Benefício da diversificação.....	(4.789)	(4.789)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	56.450	56.450
Suficiência de capital	26.440	26.440

(*) A Resolução CNSP nº 432, de 12 de novembro de 2021, determinou a demonstração do PLA segregado em 3 (três) níveis de qualidade, respeitados os limites regulatórios para utilização de cada nível na cobertura do CMR.

(d) Dividendos

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

A AGO realizada em 31 de março de 2021, deliberou a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, no valor de R\$ 5.029.

Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Lucro líquido do exercício.....	26.428	21.175
(-) Reserva legal.....	(1.321)	(1.059)
Lucro básico para determinação do dividendo	25.107	20.116
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	6.277	5.029
Dividendos mínimos obrigatórios.....	6.277	5.029
Total de dividendos	6.277	5.029
Total por ação (R\$)	0,13877	0,32692

12. ARRECAÇÃO COM TÍTULOS DE CAPITALIZAÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Instrumento de garantia.....	866.130	865.390
Incentivo.....	7.195	6.843
Tradicional (*).....	-	(1.761)
	873.325	870.472

(*) Em meados de maio de 2019 esse produto deixou de ser comercializado, e as movimentações devem-se a cancelamentos do período.

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas de comercialização.....	(30.332)	(26.570)
Variação das despesas diferidas.....	7.461	2.652
	(22.871)	(23.918)

14. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Despesas com estrutura compartilhada (*).....	(10.185)	(9.734)
Serviços de terceiros.....	(2.587)	(270)
Localização e funcionamento.....	(276)	(367)
Pessoal.....	(147)	(416)
Publicidade.....	(124)	(119)
Outras.....	(322)	(586)
	(13.641)	(11.492)

(*) Referem-se, principalmente, a rateio de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 17).

15. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação.....	50.792	68.504
Juros de títulos disponíveis para a venda.....	27.208	7.709
Outras.....	74	45
Total de receitas financeiras	78.074	76.258
Atualização das provisões técnicas de capitalização.....	(46.140)	(45.027)
Desvalorização de títulos disponíveis para a venda.....	-	(1.563)
Outras.....	(1.309)	(2.411)
Total de despesas financeiras	(47.449)	(49.001)
Resultado financeiro	30.625	27.257

16. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Resultado antes dos impostos e participações.....	46.650	34.821
(-) Participações nos resultados.....	(15)	(2)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A)	46.635	34.819
Alíquota vigente (*).....	40%	40%
IRPJ E CS (a taxa nominal) (B)	(18.654)	(13.928)
Benefícios fiscais.....	-	318
Outros.....	(1.553)	(34)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	(1.553)	284
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C)	(20.207)	(13.644)
Taxa efetiva (D/A)	43,3%	39,2%

(*) A alíquota vigente até 30 de junho de 2021 era de 40%, (sendo 15% para CSLL) e no período entre 1 de julho de 2021 até 31 de dezembro de 2021, foi de 45% (sendo 20% para CSLL). Essa majoração foi sancionada pela Lei nº 14.183/21 (conversão da Medida Provisória nº 1.034/21) que elevou temporariamente a alíquota da CSLL (de 15% para 20%) sobre o lucro das empresas de seguros.

17. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são:

(i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal da controladora Porto Cia.;

(ii) Subscrição de títulos de capitalização da Companhia para a Portoseg, Porto Vida, Porto Cia, Porto Consórcio e Itaú Auto e Residência.

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020
Passivo		
Porto Cia.....	1.003	1.174
Itaú Auto e Residência.....	-	185
	1.003	1.359

	Dezembro de 2021	Dezembro de 2020	Receitas	Despesas
Demonstração do resultado				
Porto Cia.....	7.282	6.198	(11.296)	(10.478)
Outras.....	61	770	(1.331)	(1.068)
	7.343	6.968	(12.627)	(11.546)

18. OUTRAS INFORMAÇÕES**(a) Comitê de auditoria**

O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição acionária (*)

	Participação
Porto Seguro Capitalização S.A.	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais.....	100,0%
Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	100,0%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação.....	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	100,0%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itaúseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayne Brasil Garfinkel.....	0,2%
Outros.....	0,8%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	100,0%
Jayne Brasil Garfinkel.....	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel.....	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel.....	18,3%
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	100,0%
Jayne Brasil Garfinkel.....	100,0%
Itaúseg Participações S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaúcard S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros.....	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS Diretor Presidente	MARCOS ROBERTO LOUÇÃO CEO-Negócios Financeiros Diretor de Produto - Capitalização	CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente Financeiro, Controladoria e Investimentos	LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional	JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA Diretor Vice-Presidente Vendas e Marketing	FABIO OHARA MORITA Diretor Técnico
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Jurídica e Riscos	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor de Negócios	TIAGO VIOLIN Diretor de Negócios	CAROLINA HELENA ZWARG Diretora de Pessoal e Sustentabilidade	
DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1			BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588		

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Capitalização S.A.**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Capitalização S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Mensuração das provisões técnicas de contratos de capitalização (PR e PDA - Notas 2.6 e 9)

A Companhia possui obrigações decorrentes de seus títulos de capitalização que estão registrados na rubrica "Provisões Técnicas - Capitalização" nas demonstrações financeiras, com destaque para: (i) Provisão para Resgates (PR) e (ii) Provisão para Despesas Administrativas (PDA).

As provisões técnicas de contratos de capitalização são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

A Companhia avalia mensalmente a necessidade de constituição da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), no qual a Companhia deverá projetar o valor presente esperado das despesas administrativas futuras, e compará-lo com a projeção do valor presente esperado das parcelas referentes ao carregamento dos pagamentos futuros dos títulos, considerando os títulos vigentes na data-base de cálculo. A Companhia deve manter nota técnica atuarial, contendo o detalhamento da metodologia e das premissas consideradas no cálculo da provisão.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a atualização do entendimento do desenho dos controles relevantes referentes a reconciliação dos saldos contábeis com os relatórios operacionais, avaliação e aprovação das premissas e cálculos das provisões técnicas da Companhia.

Efetuamos também, reconciliação dos registros de arrecadações recebidas e realizamos o cruzamento com o relatório gerencial de provisões matemáticas de capitalização. Adicionalmente, efetuamos testes documentais das arrecadações e resgates no exercício em análise, com o objetivo de comprovar a existência e o respectivo valor contabilizado da amostra selecionada.

Com o auxílio de nossos especialistas, testamos a metodologia e a razoabilidade das principais premissas utilizadas pela administração na determinação da Provisão para Despesas Administrativas (PDA), em relação à experiência histórica da Companhia e realizamos o recálculo independente. Para a Provisão para Resgates (PR), efetuamos a revisão da metodologia, contemplando uma análise de movimentação dos fluxos dessa provisão.

Em nossa auditoria, consideramos essa uma área de foco pelo nível de subjetividade das premissas e relevância dessas provisões nas demonstrações financeiras.

Ambiente de Tecnologia da Informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras. Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas e segurança. A avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária. Os riscos inerentes relacionados aos processos tecnológicos podem, eventualmente, ocasionar registro e processamento incorreto de informações críticas utilizadas para a elaboração das demonstrações financeiras da Companhia. Por essa razão, consideramos uma área de foco em nossa auditoria.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compõem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segu-

Consideramos que as metodologias e premissas utilizadas na determinação dessas provisões técnicas, bem como os controles de aprovação das notas técnicas atuariais e os cálculos são razoáveis e consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Como parte dos nossos procedimentos de auditoria, com o auxílio de nossos especialistas, atualizamos o entendimento do ambiente de Tecnologia da Informação e a avaliação, por meio de uma combinação de testes de controles relevantes e testes documentais, com o objetivo de observar a implementação e a efetividade operacional dos controles relativos à segurança da informação, desenvolvimento e manutenção de sistemas e operacionalização do ambiente tecnológico dos sistemas aplicativos relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia. Os procedimentos de auditoria aplicados no ambiente de controles de Tecnologia da Informação resultaram em evidências que foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos demais procedimentos de auditoria e consideramos que os processos e controles desse ambiente proporcionaram uma base satisfatória para ser utilizada no resultado de nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

rança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ/MF nº 16.551.758/0001-58

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Bloco A - 6º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP


**PORTO
SEGURO**


—★ continuação

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, consti-

tuem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Porto Seguro Capitalização S.A.**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado da **Porto Seguro Capitalização S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2021 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido e da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Capitalização S.A.** em 31 de dezembro de 2021, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros do FIP concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2022

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino

São Paulo - SP - Brasil 05001-903

CNPJ 02.646.397/0001-19

CIBA 105

Dinarte Ferreira Bonetti - MIBA 2147

Quem tem Porto, tem



Cartão de crédito com Tag Porto Seguro ConectCar sem mensalidade

Consulte o seu Corretor ou acesse
www.portoseguro.com.br

1. Oferta válida por tempo indeterminado para clientes Porto Seguro Cartões, podendo ser cancelada pela PortoSeg SA sem aviso prévio, limitada a contratação de duas tags por CPF. 2. Será cobrado R\$ 8,90 pelo envio e ao usar a tag em até 90 dias, o valor será revertido em crédito na fatura em até 30 dias. 3. Basta informar no caixa de estacionamentos sem cancela que possui a Tag Porto Seguro ConectCar para ter o valor debitado automaticamente na fatura.

**PORTO
SEGURO**



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadabri.estadao.com.br/publicacoes/>